

Constituinte aprova nacionalização total dos minerais

Janio de Freitas

Aquela gente inculta

As notícias, procedentes todas do governo, de avanços na negociação da dívida, até com a iminência de acordos finais muito favoráveis ao Brasil, têm o mesmo teor de veracidade das declarações do presidente Sarney de que não deseja o mandato de seis anos.

O ministro Mailson da Nóbrega deve estar chegando hoje a Washington em viagem que só no começo da semana foi encaixada, à força, em sua agenda. Vai dar explicações sobre as exigências já atendidas, como a suspensão da URP para o funcionalismo e do subsídio para o trigo, e conversará sobre dificuldades para aplicação imediata de outras exigências. Ao voltar de uma rodada de negociações no dia seguinte à aprovação, pela Constituinte, do mandato de cinco anos para os presidentes, Mailson foi a Sarney certo de que receberia autorização para assinar o acordo com o FMI, que já deixara todo alinhado e pendente apenas da tal decisão do mandato. Levou um susto com a resposta: "Até que seja votado o meu, o meu mandato, nada de acordo com o FMI". Desde então, nada melhorou.

Mas, em compensação, piorou. Nos quatro meses de sua gestão, Mailson já fez todas as concessões aos credores: taxa de risco bem maior do que a exigida pelos bancos ao México, redução de 50% no montante dos novos empréstimos pedidos pelo Brasil, desistência dos chamados "empréstimos de contingência" e daí em diante. E todas estas concessões depois de haver encerrado a moratória e voltar ao pesado pagamento dos juros.

Por atrasos típicos do mundo desenvolvido, no entanto, bancos e FMI ainda não conhecem a máxima arquitetura a quatro mãos, e vários bolsos, pelo presidente Sarney e o deputado Roberto Cardoso Alves: "É dando que se recebe". Incultos, quanto mais estão recebendo, mais os credores estão querendo. E fizeram saber ao governo que alguns pontos que estavam acertados já não valiam antes mesmo de efetivar-se, como o prazo em que começaria a cair o adicional dos juros, colonialmente conhecido no Brasil por "spread".

Retórica

"Ótimo, agora o próximo passo é revogar a lei da gravidade."

(Do deputado Delfim Netto, ao comentar a nacionalização dos minérios)

"Os donatários das capitâneas minerais receberão seus títulos como obedientes amigos do rei, no caso a burocracia brasileira."

(Do deputado Guilherme Afif Domingos, sobre a mesma votação)

Acordo repete a votação do direito de propriedade

Do Sucursal de Brasília

A votação do primeiro capítulo da Ordem Econômica pelo plenário do Congresso constituinte, na terça-feira passada, seguiu trajetória idêntica à do artigo sobre direito de propriedade. Houve negociação; princípio de acordo, com os "duros" do Centrão, mais conhecidos como "metaleiros", preferiram ficar com as diretrizes originais do grupo, confrontando-se com a centro-esquerda.

O resultado, no entanto, foi o mesmo nas duas votações. Faltaram votos para o texto do Centrão (na terça-feira, seria necessário o apoio de pelo menos mais 70 constituintes).

Impeto

Os moderados do Centrão fecharam um acordo com os demais forças do plenário, enquanto os "metaleiros" perdiam o impeto para defender suas posições. Ficou a máxima do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA): "Negociar é com o raio que os parta."

"Quem bateu chapa perdeu", reconhece o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), outro destacado "metaleiro". "Fica claro que não existem 280 constituintes defensores da economia de mercado, com menor intervenção estatal, e valorização da concorrência e eficiência", concluiu, referindo-se à votação da Ordem Econômica, principal causa da formação do Centrão.

Desconfiança

A predominância da política de acordos em plenário também é vista com desconfiança pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). "Isso é ruim quando temos que abrir mão de princípios, o que está ocorrendo muito", queixa-se Cardoso Alves, o "Robertoão". "Eu avisei que eles seriam derrotados", comenta, por sua vez, o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), da ala do Centrão que prefere o acordo. "Eles não viram que interesses corporativos tomaram conta da Constituinte, onde a coerência não é o forte", afirma Afif.

O deputado paulista afirmou ainda que o Centrão, por este motivo, não conseguiu manter a unidade suficiente para conseguir alterar o regimento interno.

Em termos reais, a negociação não está no quilômetro zero. Com os recuos do governo, está muito atrás. Mas o noticiário continuará lá na frente, em cima da linha de chegada.

Horror ao sério

É sempre onerosa qualquer tentativa de eliminar, na máquina que põe o Estado a serviço de privilegiados, velhas práticas de favorecimento. Como há pouco fez o presidente do IBC, Jório Dauster, ao substituir por leilões a cartorial distribuição de quotas de café para os exportadores. Não foi preciso esperar muito pelo troco infalível: vários exportadores movimentam-se para criar situação hostil a Dauster no governo, valendo-se de sua recusa a submeter a política brasileira do café às determinações de funcionários do terceiro escalão americano.

Interessados em favorecer países da América Central para que os Estados Unidos melhorem sua imagem na região, mas em detrimento da posição brasileira no mercado internacional, advertiram os americanos que não concordam com a prorrogação do Acordo Internacional do Café, prevista nos termos mesmos do acordo. Só se dispõem a assinar um acordo novo, que altere fundamentalmente as regras em vigor. Ao que Dauster resolveu dar resposta pública em Londres, anteriormente, informando que em tal caso o Brasil sairia do AIC para a guerra de preços pelo mundo a fora. Com a safra estimada em 40 milhões de sacas, não pode aceitar reduções em sua participação no mercado.

Nada mais espantosamente soberano. Não, porém, para os que pretendem, a título de que se estaria criando uma zona de atrito com os Estados Unidos muito prejudicial ao Brasil, reverter a interpretação para desgastar Dauster nos olímpicos de Brasília.

Há muita gente que não se conforma com a ideia de um IBC honesto, que não se dedica a produzir novas "Operações Patrícia" e outras manobras de evasão de dólares e enriquecimento ilícito.

Do Sucursal de Brasília

O Congresso constituinte nacionalizou ontem, a exploração de todos os recursos minerais e hídricos do país, mas derrotou, em outra votação, a emenda que nacionalizava a distribuição de derivados de petróleo. Agora, a exploração de energia hídrica e a pesquisa e lavra de jazidas minerais, na superfície ou subsolo, só poderão ser feitas por empresas brasileiras de capital nacional, ou estatais.



A nacionalização foi mais uma vitória da liderança do PMDB e dos partidos de esquerda sobre um Centrão inteiramente dividido nas votações do título sobre a Ordem Econômica e Financeira. A diferença de votos surpreendeu os dois lados: 343 a favor, 126 contra e 17 abstenções, para 486 presentes.

Derrota do Planalto

Foi também uma derrota do Palácio do Planalto. Votaram contra a nacionalização o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e o líder do Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS). Surpreendentemente, o deputado Sarney Filho (PFL-MA) — filho do presidente José Sarney — votou a favor, assim como praticamente metade do Centrão, embora seus líderes defendessem a rejeição da emenda.

Já a emenda do deputado Fernando Santana (PCB-BA), que nacionalizava a distribuição de derivados de petróleo, foi derrotada facilmente, por 303 votos contra, 156 a favor e 11 abstenções. Mesmo neste caso não houve propriamente uma vitória do Centrão. Aprovada no ano passado pela Comissão de Sistematização, a emenda Santana não teve apoio do líder do PMDB, senador Mário Covas (SP). Covas disse que sua bancada estava dividida nesta questão e, portanto, deixou a questão aberta. Mas ressaltou: "Eu pessoalmente votarei contra." Rejeitada a emenda, a distribuição de derivados vai permanecer como está.

Festa no plenário

A votação mais importante do dia foi mesmo a da nacionalização da exploração mineral. Quando o placar eletrônico registrou a vitória, a esquerda e até um grupo de moderados, como a bancada nacionalista do PTB, começou uma festa em plenário. Minutos antes, porém, a tensão era grande e quase houve tumulto. Pressentindo a derrota, o líder do governo, Carlos Sant'Anna, tentou impedir a votação da emenda nacionalizante. Invocou um argumento regimental para dizer que a emenda estaria prejudicada pelo fato de o plenário, pouco antes, já ter votado outra emenda sobre o mesmo assunto.

Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, rejeitou o argumento. Lembrou que, um dia antes, reuni-



Parlamentares comemoram a aprovação da emenda que nacionaliza a exploração de todos os recursos minerais

dos no gabinete de Covas, todos os líderes partidários haviam concordado em submeter ao plenário a mesma emenda contestada por Sant'Anna. "A matéria não está prejudicada", disse Ulysses, tocando a votação.

De fato, a emenda pela nacionalização da exploração mineral já estava prevista desde quarta-feira. Sua aprovação, foi, entretanto, uma espécie de caminho alternativo, em relação ao acordo firmado no dia anterior. Inicialmente, os líderes reunidos no gabinete de Covas haviam decidido que a nacionalização só alcançaria a exploração dos minerais estratégicos e a exploração nas áreas de fronteiras e reservas indígenas.

A votação mostrou que o nacionalismo não se confunde com os blocos ideológicos da Constituinte. O líder

do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi (SP), arrancou aplausos dos partidos de esquerda quando defendeu a emenda. Já o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) foi contra a proposta, acusando-a de "comunista".

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), lembrou que a Constituição da Espanha determina que a exploração mineral só pode ser feita com 51% do capital das empresas em mãos de empresários nacionais. Citou dispositivos semelhantes no México, Canadá e até no Chile.

PT vence

Das votações anteriores, a mais importante foi a que resultou numa surpreendente e apertada vitória de emenda da deputada Irma Passoni (PT-SP). A emenda de Irma acrescentou um item ao artigo 204 (que

atribui ao Estado a prestação de serviços públicos), determinando que lei especial disporá também sobre a política tarifária das atividades de serviços públicos.

Foi aprovada por 280 votos a favor (exatamente o quórum mínimo para aprovação de qualquer matéria), 155 contra e 24 abstenções (total de 459 presentes). A emenda foi criticada por levar a Constituição a determinar políticas de preços e tarifas públicas sem necessariamente considerar circunstâncias de mercado.

Em outra votação, o plenário aprovou a emenda pela qual o Estado favorecerá a organização de cooperativas e que estas "terão prioridade" na exploração de recursos minerais e áreas de garimpo. Foi uma vitória do lobby dos garimpeiros. A emenda teve 440 votos a favor, 4 contra e 6 abstenções (total de 450).

Lourenço e Ramos brigam pelos minérios no plenário

BOB FERNANDES
Do Sucursal de Brasília

A questão mineral esquentou os ânimos dos parlamentares. Ontem, no final da manhã, disputando a autoria de uma emenda, a deputada Raquel Cândido (PFL-RO) ameaçou dar "um tapa na cara" do deputado Ademir Andrade (PSB-PA), que, por três vezes, chamou Raquel de "maluca". As 14h50, quase se atracaram o líder do PFL, José Lourenço (BA), e o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ). "Safado, sacana", xingou Lourenço. "Angolano traidor" devolveu Ramos. Lourenço, depois, ameaçava "quebrar a cara" do ex-oficial PM, Ramos, que lamentava "não ter pregado a mão na orelha" do líder.

Os minérios elevaram a temperatura pela manhã, quando Raquel Cândido deixou a sala de reuniões do líder do PMDB, senador Mário Covas (SP). Enquanto prosseguia o encontro de lideranças, a deputada começou a mostrar a Ademir o acordo que estava sendo fechado. "Não é isso que os garimpeiros querem", interrompeu-a Ademir. Raquel acendeu: "Seu porra. Seus quatro votos (do PSB) não valem nada. Você está é querendo aparecer para os garimpeiros."

Neste momento, dez garimpeiros do Pará, Rondônia, Goiás, pismos, silenciaram e assistiram o rumoroso diálogo: "Você é maluca", disse Ademir. "Você me desafia porque sou mulher", respondeu Raquel e Ademir a interrompeu: "Você é maluca, mulher." Raquel, que por duas vezes no atual mandato estapeou o rosto de seguradoras da Câmara, avisou: "Não me chame de maluca que eu dou um tapa na sua cara." Raquel encerrou o diálogo: "Maluco é a mãe."

No início da sessão da tarde, Paulo Ramos, ao tratar da questão mineral, que seria votada pouco depois, disse que deveriam ter os nomes "afixados em praça pública", para que o povo soubesse daqueles que "traíram", numa referência aos que votassem pela internacionalização do subsolo. José Lourenço, vindo de seu gabinete, entrou como um raio no plenário vazio.

"Traidor da pátria é ele que recebe dinheiro do exterior para vender a sua consciência alienada e safada (...). Deixe de ser amolecado senão v. excia não sairá daqui inteiro", ameaçou o líder do PFL, Paulo Ramos, até então calmo, tomou o microfone de volta para afirmar: "Ao angolano que está traíndo", sendo interrompido pelo presidente em exercício, Jorge Arbage (PDS-PA), que rogou: "Nobres constituintes, compa-



Os deputados José Lourenço (PFL-BA) e Paulo Ramos (sem partido-RJ) discutem na sessão de ontem do Congresso constituinte

Quem é José Lourenço

Do Sucursal de Brasília

José Lourenço Moraes da Silva, 55, líder do PFL (BA), na Câmara dos Deputados, é empresário, fazendeiro, nascido em Portugal e naturalizado brasileiro. Formado em economia, José Lourenço é um radical defensor da iniciativa privada e contra as restrições ao livre curso do capital estrangeiro.

Diz que a política do apartheid da África do Sul não é motivo para impedir relações comerciais com o país africano. De temperamento explosivo, Lourenço, ex-líder do governo Antônio Carlos Magalhães, na Bahia, com quem rompeu em 84, foi deputado estadual por três mandatos e está pela segunda vez na Câmara. É defensor do mandato de cinco anos para o presidente Sarney e se define como um anticomunista.

Quem é Paulo Ramos

Do Sucursal de Brasília

Paulo Sérgio Ramos Barboza, 43, carioca, é ex-oficial da PM e advogado formado no Rio de Janeiro. Foi coordenador da bancada carioca no início da legislatura, sendo substituído depois de desentender-se com o governador Moreira Franco. Ramos é radical na defesa do que considera "interesse nacionais".

Integra a "Frente Parlamentar Nacionalista" desde sua criação, no início dos trabalhos da Constituinte e causa espécie a setores mais a direita. Seu temperamento afirmativo e o tom da voz, sempre alto na tribuna, irrita seus adversários. Já havia se desentendido com Lourenço em outra ocasião. No time de futebol dos constituintes, costuma jogar de beque-central. Defende quatro anos

FAZENDA VALE DO SOL
RESERVAS
ABRIL / MAIO
 FERIADO 13-14-15
Chalés Hotel
Fazenda VALE DO SOL
SERRA NEGRA
 0192-92-3500
SP-257-3955
FÉRIAS - LUA DE MEL
FINIS DE SEMANA